

## EDITAL DE LICITAÇÃO

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da Unidade Técnica de Licitações, Contratos e Convênios – ULCC/SEFA da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA**, com orçamentos da Receita Estadual do Paraná (REPR), torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

### PREGÃO ELETRÔNICO:

**003/2026**

**EXCLUSIVO ME E EPP**

**COMPRAS.GOV – 90003/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**REGIME DE EXECUÇÃO:  
EMPREITADA POR PREÇO  
UNITÁRIO**

**UASG: 929215 – Secretaria de  
Estado da Fazenda**

**Acolhimento/Abertura/Divulgação de  
Propostas:**

**Até 08 h 59 min do dia 26/05/2026**

**Início da sessão / disputa de lances:**

**09 h 00 min do dia 26/05/2026**

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

### 1. OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para **Prestação de serviços continuados de auditoria independente do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA/REPR) para a realização dos sorteios eletrônicos do Programa Nota Paraná**, conforme especificações técnicas, condições e requisitos definidos neste Edital de Licitação e seus Anexos.

### 2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 336.798,00** (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais), para o período de 60 (sessenta) meses, significando o montante mensal de **R\$ 5.613,33** (cinco mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos), em **LOTE ÚNICO**.

### 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

**Dotação orçamentária:** 2930.04.129.13.8052 – Administração Tributária Estadual

**Elemento de despesa:** 3390-35.02

**Fonte:** 1.500.000.000

### 4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado através do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/> e [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br).

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro Gustavo Malafaia do Carmo e equipe de apoio, designadas pela Resolução SEFA nº 186/2025, servidores da Unidade Técnica de Licitações, Contratos e Convênios – ULCC/SEFA.

- **E-mail:** [licitacoes-sefa@sefa.pr.gov.br](mailto:licitacoes-sefa@sefa.pr.gov.br)
- **Telefones:** (41) 3235-8612 e (41) 3235-8603
- **Endereço:** Av. Vicente Machado, nº 445 – 6º andar, Centro, CEP: 80420-902, Curitiba / Paraná
- **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.**

### 5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

#### 5.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

#### 5.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital.

#### 5.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema e-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

## **6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1.** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2.** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2. CRITÉRIO DE DISPUTA:**

**2.1.** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário do lote único, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

**2.1.1.** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR VALOR UNITÁRIO**.

**2.3.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

### **3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços (ANEXO III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### **4. VIGÊNCIA:**

**4.1.** O contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação do extrato resumido no Diário Oficial do Estado do Paraná, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº

14.133/2021.

**4.1.2.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

## **5. GARANTIA:**

Será exigida a garantia de execução do Contrato, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VIII).

## **6. CONSÓRCIO:**

**6.1.** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

**6.2.** A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de Consórcio se justifica pelo fato do objeto a ser licitado não envolver questões de alta complexidade, tampouco ser serviço de grande vulto econômico, assim definido em lei, em que licitantes, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos habilitatórios constante do instrumento convocatório.

**6.3.** Tendo em vista que é prerrogativa da Administração, na condição de ente contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de Consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão, ou não, de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos expostos, conclui-se que a vedação de participação de empresas constituídas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

## **7. ANEXOS:**

- Anexo I - Termo de Referência
- Anexo I.01 – IMR – Instrumento de Medição de Resultados
- Anexo II – Documentos de Habilitação
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços
- Anexo IV – Modelo de Procuração
- Anexo V - Modelo de Declaração
- Anexo VI – Termo de vistoria/declaração de conhecimento
- Anexo VII – Locais de prestação de serviços
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP
- Anexo X – Declaração LGPD

## CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

### **1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1.** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas **Compras.Gov do Governo Federal**, na página [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**1.2.** O pregão será conduzido por servidor público denominado Pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**1.3.** O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 4º do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

**1.4.** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do Sistema de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou, ainda, através do telefone 0800.978.9001 (<https://portaldeservicos.economia.gov.br>) (suporte técnico).

**1.4.1.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

**2.3.** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2.** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3.** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4.** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5.** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7.** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4.** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5.** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6.** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3. PROPOSTA INICIAL**

**3.1.** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1.** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2.** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**3.2.** A proposta de preço inicial deverá ser enviada através de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1.** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.4.** O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total do item ou valor global;



**4.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**4.3.1.** O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.3.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10.** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00** (um real).

**5.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



**5.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**5.21.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22.** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.24.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.27.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2.** O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) dias, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no subitem 5.28.2.

**5.29.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

**6.2.** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.2.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**6.2.3.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 4 (quatro) dias, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**6.2.4.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**6.2.5.** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.5.1.** Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (inciso LVI do art. 2º do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**6.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (dois) dias, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.4.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**6.5.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

**6.6.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação.

**6.7.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.7.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.9.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.10.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.11.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (dois) dias, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.11.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.12.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.13.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.14.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.14.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.14.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.15.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.16.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

**7.2.** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma

restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**7.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1.** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1.** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

**8.1.2.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o Pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.3.** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2.** Nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de



preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

**9.1.1.** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2.** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2.** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3.** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

**9.4.** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

**9.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1.** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.1.1.** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2.** Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3.** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

**11.4.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o



disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5.** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos subitens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1.** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6.** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{1}{(TX)^{\frac{N}{365}}} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.8.** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais

implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**12.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

**12.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

**12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, e na Lei nº 20.656, de 2021.

**12.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

**12.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3.** É facultado ao Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.

**13.7.** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8.** O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**13.9.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.10.** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Curitiba/PR, 06 de maio de 2026.

**GUSTAVO MALAFAIA DO CARMO**

**Pregoeiro**

Resolução SEFA nº 186/2025

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos no Programa Nota Paraná**, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 1.1. Descrição do item:

LOTE	OBJETO	QUANT.	UN.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO/mês ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
Único	Prestação de serviço de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos previstos no Programa Nota Paraná	60	2 sorteios/mês	R\$ 5.613,30	R\$ 336.798,00

**1.2.** Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima. A realização deste serviço visa garantir a integridade, segurança e transparência dos procedimentos, execução, sistemas utilizados e emissão do atestado de conformidade dos sorteios de Nota Paraná, em atendimento à Lei Estadual nº 18.451/2015 e Resolução SEFA nº 626/2015.

**1.3.** A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário, correspondente à auditoria nos dois sorteios a cada mês, sendo considerado prestado o serviço com a entrega do Relatório mensal do acompanhamento e conformidade dos processos e procedimentos, demonstrando claramente a validade e confiabilidade dos resultados nos eventos dos sorteios eletrônicos a serem publicados.

**1.4.** O prazo de vigência do contrato é de **60 (sessenta) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 1.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**1.5.1.** Os padrões a serem seguidos pela auditoria serão aqueles internacionalmente recomendados, com a emissão do relatório do acompanhamento e conformidade dos processos e validação dos resultados dos eventos dos sorteios eletrônicos em conformidade as normas dispostas na família NBR ISO/IEC 27000 e em determinados fundamentos de práticas do “COBIT 2019”.

**1.5.2.** Os trabalhos, objeto deste Termo de Referência, envolvem os seguintes serviços, todos necessários para atendimento da exigência legal da garantia da integridade, segurança, confiabilidade e transparência dos procedimentos:

### **1.5.2.1. Na prévia do sorteio:**

- a) Inspeção Prévia do Sistema e Procedimentos;
- b) Verificação da infraestrutura do sistema (*Hardwares*);
- c) Verificação da segurança física e lógica do ambiente de processamento de dados (*Softwares*);
- d) Verificação da geração dos números de bilhetes;
- e) Acompanhamento da execução do processo de sorteios;
- f) Execução dos testes nos controles;
- g) Verificação da efetividade dos controles e procedimentos;
- h) Verificação da lacração dos computadores e softwares avaliados.

**1.5.2.2. Prazos:** A inspeção deverá ser finalizada até 48 (quarenta e oito) horas antes do sorteio, cujo tempo de trabalho dos auditores está prevista em 72 (setenta e duas) horas.

### **1.5.2.3. Produtos a serem entregues:**

#### **1.5.2.3.1. Documentação da análise efetuada.**

#### **1.5.2.3.2. Laudo de conformidade do sistema e procedimentos.**

**1.5.2.4.** Os produtos gerados serão de propriedade do Contratante, sendo permitida a sua publicação ao público em geral, a critério do Contratante.

### **1.5.2.5. Na data do sorteio:**

- a) Verificar se que os computadores e *softwares* não foram violados após a última utilização;

- b) Verificar se a geração dos bilhetes eletrônicos numerados;
- c) Acompanhar a escolha dos voluntários para digitação dos dados;
- d) Divulgação e inclusão do número de conhecimento público do sistema;
- e) Verificar se os números sorteados seguiram os padrões de processamento;
- f) Validar os números contemplados com os respectivos prêmios.

#### **1.5.2.6. Produtos a serem entregues:**

**1.5.2.6.1.** Relatório do acompanhamento e conformidade dos processos, e validação dos resultados dos eventos dos sorteios eletrônicos a serem publicados.

### **1.6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1.6.1.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com os requisitos técnicos e prazos constantes neste Termo de Referência, direta e pessoalmente pelos mesmos profissionais integrantes da equipe técnica constante da documentação apresentada para contratação.

**1.6.2.** A realização deste serviço visa garantir a integridade, segurança e transparência dos procedimentos, execução, sistemas utilizados e emissão do atestado de conformidade dos sorteios de Nota Paraná, em atendimento à Lei Estadual nº 18.451/2015 e Resolução SEFA nº 626/2015.

**1.6.3.** Os sorteios do Programa Nota Paraná ocorrem na cidade de Maringá/PR, podendo, eventualmente, ser realizado em outro município do Estado do Paraná.

**1.6.4.** As visitas deverão ser realizadas na sede do Contratante, de acordo com o cronograma de execução dos serviços que será elaborado com a Contratada, após o efetivo início dos trabalhos.

**1.6.5.** Os padrões a serem seguidos pela auditoria serão aqueles internacionalmente recomendados, com a emissão do relatório do acompanhamento e conformidade dos processos e validação dos resultados dos eventos dos sorteios eletrônicos em conformidade as normas dispostas na família NBR ISO/IEC 27000 e em determinados fundamentos de práticas do “COBIT 2019”.

**1.6.6.** Os trabalhos deverão ser desenvolvidos mediante a aplicação de procedimentos técnicos reconhecidos para a atividade do Contratante, abrangendo inclusive, análise e avaliação dos controles mantidos por ele.

**1.6.7.** Para a realização dos serviços, objeto deste Termo de Referência, a Contratada deverá disponibilizar equipe técnica capacitada, compreendendo os profissionais a



serem alocados para a execução dos serviços contratados, com comprovada experiência em serviços de auditoria independente.

**1.6.8.** Previamente à assinatura do contrato, no prazo de 10 (dez) dias a contar da convocação, a licitante vencedora deverá apresentar a indicação formal dos integrantes que irão compor a Equipe Técnica de Auditoria.

**1.6.9. Etapas do Sorteio:**

**1.6.9.1. Geração dos bilhetes eletrônicos numerados e visualizados pelos consumidores:** procedimento de geração de números de bilhetes, numerados de forma sequencial.

**1.6.9.2. Divulgação e inclusão do número de conhecimento público:** coleta dos números da Loteria Federal divulgado dentro desse período. Essa informação deve ser incluída no sistema do sorteio.

**1.6.9.3. Atribuição de prêmios e liberação ao consumidor:** execução do procedimento do sorteio, com algoritmos matemáticos e o software do processo de sorteio eletrônico, com utilização dos dados dos prêmios, números de bilhetes e número de conhecimento público. Ao final, cada bilhete estará vinculado a um prêmio específico.

**1.6.9.4. Visualização do resultado do sorteio pelo consumidor:** após a etapa anterior, o consumidor poderá visualizar o resultado dos seus bilhetes por meio de funcionalidade no Portal do Programa Nota Paraná. Se houver prêmio vinculado, receberá de imediato o prêmio no seu extrato.

**1.7.** Adota-se o IMR – Instrumento de Medição de Resultados para aferição dos serviços prestados mensalmente, conforme ANEXO I.01 deste Edital.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Por meio da **Lei Estadual nº 18.451**, de 06 de abril de 2015, foi criado no Estado do Paraná o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, denominado “Nota Paraná”, posteriormente regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.069/2015.

**2.2.** O Programa Nota Paraná é um programa de estímulo à cidadania fiscal paranaense, que tem por objetivo incentivar os consumidores a exigirem a entrega do documento fiscal. Os consumidores que, no momento da compra, solicitam a inclusão do número de seu CPF no documento fiscal acumulam créditos e concorrem a prêmios em dinheiro. Os créditos e os prêmios podem ser recebidos em conta bancária, utilizados para abatimento de IPVA ou convertidos em créditos para celular.

**2.3.** O Programa Nota Paraná parte da premissa de que os cidadãos são a razão de ser do Estado, e a atitude deles é fator essencial para o fortalecimento ou o enfraquecimento desse Estado. Despertar a cidadania fiscal é aprimorar a relação entre o Estado e a sociedade. Também por isso nasceu o Nota Paraná, que quer apresentar conhecimentos ao cidadão, despertar sua consciência e permitir que se posicione criticamente diante dos fatos. O desenvolvimento social e do Estado devem estar sempre associados.

**2.4.** O Nota Paraná, ao incentivar a exigência de emissão de documento fiscal, permite ao cidadão cumprir parte da responsabilidade que lhe cabe. A participação de cada um é passo fundamental para fortalecimento do Paraná e da sociedade da qual todos fazemos parte.

**2.5.** Por meio da Resolução SEFA nº 626/2015, instituiu-se o Sistema de sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná. Em seu Anexo único – Regulamento do Sorteio “Nota Paraná”, mais especificamente no item 13, trouxe a exigência de que as atribuições de auditoria dos sorteios eletrônicos devem ser incumbidas a uma empresa de auditoria externa, conforme redação transcrita abaixo:

*“13. Os procedimentos de geração dos bilhetes, de execução do sorteio eletrônico e de apuração dos contemplados serão **auditados por empresa de auditoria externa especialmente contratada para esse fim**, a qual elaborará parecer sobre a integridade e segurança dos resultados”. (Grifo nosso).*

**2.6.** Neste sentido, justifica-se a elaboração de procedimento licitatório objetivando realizar a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos no Programa Nota Paraná.

## **2.7. DOS PRÊMIOS**

**2.7.1.** A quantidade dos números de bilhetes para o processo de sorteios eletrônicos só é apurada pela SEFA em momento anterior a cada certame. Os valores dos prêmios a serem distribuídos, mensalmente, estão descritos na Resolução SEFA nº 626/2015.

## **2.8. DO SERVIÇO CONTINUADO E DO PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES**

**2.8.1.** Considerando a necessidade de a contratação ser por prazo superior a 12 (doze) meses, apresenta-se a seguir a justificativa para o estabelecimento de prazo de

**60 (sessenta) meses** para o objeto da contratação ora pretendida, em contraposição a um período inferior.

**2.8.2.** A Lei de Licitações, em seu art. 105, determina que a duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. No entanto, é permitido que esse prazo seja estendido até 5 (cinco) anos, conforme diretrizes trazidas nos art. 106 da mesma Lei:

*“Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:*

*I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;*

*II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;*

*III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

*§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática”.*

**2.8.3.** Como foi relatado neste Termo de Referência, o objeto da contratação ora pretendida se enquadra como prestação de serviço de execução continuada, conforme o citado art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.8.4.** Isso por quê “serviços continuados” são aqueles cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração Pública e cuja

necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

**2.8.5.** Sabe-se que o que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público. Ora, essa é exatamente a característica fundamental deste serviço.

**2.8.6.** A essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do serviço, pelo fato de eventual paralisação desta atividade implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração. Já a habitualidade é configurada pela necessidade de a atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de modo permanente.

**2.8.7.** A essencialidade pode ser comprovada a partir da dependência que a REPR dos processos de auditoria dos sorteios eletrônicos do Programa Nota Paraná. A realização destes serviços visa garantir a integridade, segurança e transparência dos procedimentos, execução, sistemas utilizados e emissão do atestado de conformidade dos sorteios eletrônicos. Sem essa independência da conformidade dos sorteios, o Programa poderia não obter a confiabilidade dos cidadãos, como acontece atualmente. Ainda, destaca-se que este procedimento de auditoria dos sorteios é utilizado mensalmente e constantemente comprovando, portanto, sua habitualidade.

**2.8.8.** Desta forma, fica claro que está aqui configurada uma situação que caracteriza serviço de natureza continuada que precisa ser protegida de interrupção comprometedora, o que se amolda ao definido no **ACÓRDÃO TCU nº 132/2008**:

*“...o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.*

**2.8.9.** Eis porque, devido às especificidades do objeto pretendido, tendo em vista que a auditoria a ser contratada necessitará adquirir uma rotina de procedimentos de auditoria no decorrer dos sorteios, a Administração concluiu que o prazo adequado para a contratação ora pretendida não pode ser inferior a sessenta meses. Lembramos apenas que é necessário que a autoridade competente ateste, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e

a vantagem em sua manutenção, conforme estabelecido no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.8.10.** Há também o fato de que quanto maior o prazo de contratação, menor é o valor a ser despendido dada a questão de economia de escala e maior segurança das empresas licitantes tendo em vista a estabilidade que um contrato de longo prazo proporciona. Com efeito, a contratação em prazo inferior a trinta meses por óbvio é mais custosa, como nos ensina o Tribunal de Contas da União conforme será visto a seguir.

**2.8.11.** Há, ainda, o aumento na eficiência do próprio processo de contratação, que no caso de prazos longos evita o custo (de recursos humanos, financeiro, operacional, processual e temporal) para procedimentos de prorrogação de prazo de contratos ou realização de novos processos licitatórios. Com efeito, submeter-se frequentemente (digamos, a cada doze meses) a esses procedimentos configuraria um desperdício desnecessário de tempo e de recursos públicos.

**2.8.12.** Como demonstrado no ETP encarta neste protocolo, verificamos que o serviço pretendido já era prestado para o Estado do Paraná / Receita Estadual do Paraná desde 2021 (no contrato ainda vigente) e, com a renovação do prazo adicional de 30 meses, o prazo contínuo da prestação do serviço alcança os 60 meses, prazo ora solicitado neste novo contrato, que também representa maior vantajosidade, com ganho de escala. Não foi encontrado óbice ao prazo pretendido, posto que segue a normal e prevista continuidade, inclusive por exigência legal, salvo se futuramente alterada a legislação aplicável, o que não se espera ou não se vislumbra motivo para alteração.

**2.8.13.** Enfim, são diversas as razões que levaram a Administração a optar pelo prazo de 60 (sessenta) meses, razões que englobam questões técnicas, financeiras, operacionais e estratégicas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria externa independente nos 2 sorteios mensais eletrônicos do Programa Nota Paraná, de modo contínuo, assegurando a transparência, a credibilidade institucional e a conformidade legal do Programa Nota Paraná incluem atividades típicas, tais como: acompanhamento, revisão, elaboração de relatório, dentre outras.

### Quadro resumo de detalhamento do objeto

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE	UNIDADE
Serviço de auditoria externa de sorteios	Auditoria externa de sorteios	2 sorteios	Evento mensal
Serviço de auditoria externa de sorteios	Auditoria externa de sorteios	24 sorteios	Total anual
Serviço de auditoria externa de sorteios	Auditoria externa de sorteios	120 sorteios	Total no prazo do contrato – 60 meses

## 4. PESQUISA DE PREÇOS

**4.1.** A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 10.086/2022, observando-se as diretrizes aplicáveis à estimativa do valor da contratação, mediante consulta a prestadores de serviços atuantes no mercado, compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, qual seja, a prestação de serviços de auditoria independente.

### MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação / Empresa Consultada	Un.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>DL nº 109/2023</b> MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT <b>Id contratação PNCP:</b> 03788239000166-1-000038/2023 Contratada: Moreira Associados Auditores Independentes S/S LTDA	mensal	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00
<b>PE nº 90019/2025</b> ESTADO DE SÃO PAULO (SEFAZ/SP) <b>Id contratação PNCP:</b> 46377222000129-1-000178/2025 Contratada: PLM Auditoria S/S LTDA	mensal	R\$ 4.500,00	R\$ 270.000,00
<b>PE nº 485/2023</b> MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE <b>Id contratação PNCP:</b> 07954480000179-1-002684/2023	mensal	R\$ 2.166,67	R\$ 130.000,00



Contratada: Mazars Auditores Independentes S/S LTDA			
<b>EMPRESA “A”</b>	mensal	R\$ 5.000,00	R\$ 300.000,00
<b>EMPRESA “B”</b>	mensal	R\$ 12.800,00	R\$ 768.000,00
<b>Valor Total Médio para o Lote:</b>		<b>R\$ 5.613,30</b>	<b>R\$ 336.798,00</b>

**4.2.** A pesquisa foi conduzida por funcionários da Escola Fazendária do Paraná – SEFA/EFAZ, Evellem Dhane dos Santos Oliveira Moreira e Edilson Germano Roehrig, devidamente informados no Mapa de Formação de Preços, que integra o presente protocolo.

**4.3.** A metodologia adotada para a efetivação da pesquisa de preços e definição do valor máximo admitido para a contratação se deu através da circularização deste Termo de Referência, por meio de pedido de orçamento de preços (por e-mail), entre empresas especializadas no ramo para a prestação de serviços de Auditoria Independente, as quais, em tese, atendiam aos critérios de qualificação técnica.

**4.4.** A justificativa pela utilização da pesquisa com os prestadores de serviços no mercado, conforme disposto no § 1º do art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, deve-se pelo fato da utilização desta metodologia conseguir orçamentos que possam atender, por completo, todas as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

**4.5.** A utilização de outras metodologias, que não a adotada, para objetos dessa natureza, eleva substancialmente o risco de uma precificação equivocada que implique em licitação deserta ou na alocação desnecessária de recursos orçamentários. Neste ponto cumpre esclarecer e fundamentar a seleção de dois orçamentos prévios para a formação do preço máximo do certame: outros orçamentos coletados apresentaram valores substancialmente superiores, a exemplo de uma empresa que orçou o serviço em R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), correspondentes a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para o serviço de auditoria em dois sorteios em cada mês. Evidentemente que estes orçamentos provocariam uma distorção na definição do preço máximo para cima, e consequentemente um preço médio bem superior ao definido no mapa de formação de preços. Desta forma, no interesse público e na busca da melhor vantajosidade para a administração, optou-se por fazer o mapa de formação de preços somente com os valores orçados mais baixos.

**4.6.** A opção pela pesquisa de preços diretamente com prestadores de serviços do mercado justifica-se pela natureza especializada do objeto, sendo esta a metodologia

mais adequada para garantir a aderência integral às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como a obtenção de valores compatíveis com a realidade do mercado.

**4.7.** O valor estimativo de referência (preço máximo admitido para contratação) foi definido a partir da média dos preços obtidos em pesquisa junto a fornecedores e outras fontes de pesquisa de mercado, nos termos do art. 368 e seu § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, com a redação dada pelo Decreto nº 10.370/2025. Conforme previsto no § 3º do art. 368, o valor estimado foi obtido pela média aritmética de três ou mais preços aferidos na pesquisa de preços, refletindo os parâmetros considerados para formação de preço estimativo, e devidamente consolidado no mapa de formação de preços.

**4.8.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, 27 de março de 2026.

## **5. PARCELAMENTO DO OBJETO**

**5.1.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser avaliado no planejamento da contratação, sempre que técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar a proposta mais vantajosa à Administração.

**5.2.** Embora tal lei adote como regra a avaliação do parcelamento do objeto, sua aplicação somente se justifica quando houver viabilidade técnica e ganho econômico para a Administração Pública, tendo em vista que a licitação visa à obtenção da proposta mais vantajosa.

**5.3.** O objeto deste Termo de Referência visa a contratação de serviços técnicos de auditoria independente do processo adotado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná para a realização dos sorteios mensais eletrônicos previstos no Programa Nota Paraná. Logo, percebe-se que o objeto é fisicamente único, não se podendo falar em parcelamento, porque não há viabilidade técnica para sua adoção.

**5.4.** Portanto, pelas razões técnicas e econômicas expostas, resta demonstrada a inviabilidade da adoção do parcelamento do objeto para o procedimento licitatório pretendido, considerando que tal medida não se mostra tecnicamente adequada nem economicamente vantajosa para a Administração. A decisão está fundamentada no planejamento da contratação, nos termos do art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, observada a busca da proposta mais vantajosa e a vedação ao fracionamento indevido, conforme art. 11 da referida lei, bem como as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## 6. SUSTENTABILIDADE

**6.1.** As licitantes deverão adotar práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança, compatíveis com o objeto da contratação, em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável e do planejamento da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022. Para a execução dos serviços, deverão ser observadas, quando couber, as seguintes práticas:

- a) Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações da ANVISA;
- b) Adoção de medidas destinadas à redução do consumo e ao uso racional de água tratada;
- c) Observância das normas ambientais vigentes relativas à emissão de ruídos por equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- d) Fornecimento aos empregados dos equipamentos de proteção individual necessários à adequada execução dos serviços;
- e) Realização de programa interno de treinamento dos empregados, nos primeiros meses de execução contratual, voltado à redução do consumo de energia elétrica, de água e à diminuição da geração de resíduos sólidos, em conformidade com a legislação ambiental aplicável;
- f) Separação e destinação adequada dos resíduos recicláveis gerados, observando-se, quando aplicável, o sistema de coleta seletiva e a destinação às associações e cooperativas de catadores, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167/2009;
- g) Observância das Normas Brasileiras – NBR da ABNT relativas à gestão e destinação de resíduos sólidos;
- h) Destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme a legislação ambiental vigente.

**6.2.** Considerando que os serviços a serem prestados serão precipuamente digitais, ou seja, prestados presencialmente, porém com utilização de equipamentos de informática e uso de softwares para os serviços de auditoria, inclusive para a elaboração de relatórios em formatos digitais, não se vislumbra ocorrências relevantes nessa área, até porque a instituição do IMR, conforme ANEXO I.01, deverá tratar desta questão.

## 7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**7.1.** Deverão ser observadas as disposições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, ou seja, para o presente processo de aquisição será adotada a **exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.2.** Em relação à disputa do lote único, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**7.2.1.** Neste caso, a Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**7.2.2.** A Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**7.2.3.** Não ocorrendo a arrematação do lote pela Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do subitem 7.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**7.2.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP que se encontrem na situação de empate prevista do subitem 7.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.2.5.** Não existindo a situação de empate prevista do subitem 7.2, a licitante originalmente classificado em primeiro lugar será declarado arrematante do lote.

**7.2.6.** O disposto no subitem 7.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

**8.1.** O objeto do presente Termo de Referência caracteriza-se como “serviço comum”. No conceito de “serviços comuns” são compreendidos àqueles que sejam capazes de serem atendidos por vários prestadores existentes no mercado, cujas especificações possam ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.

**8.2.** Além disso, natureza diversa não poderia ser atribuída a esse item, uma vez que existem, no mercado de prestadores de serviços de auditoria independente diversas

empresas que prestam o mesmo serviço previsto no objeto deste Termo de Referência.

**8.3.** Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, os serviços de auditoria independente, em regra, podem ser caracterizados como serviços comuns, desde que apresentem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, permitindo julgamento objetivo das propostas. Nessas hipóteses, a contratação pode ser realizada por meio de procedimento licitatório compatível com objetos comuns, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as diretrizes de planejamento e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme entendimento consagrado no Acórdão nº 1.046/2014 – Plenário do TCU.

**8.4.** Ademais, os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, bem como os requisitos técnicos e os resultados esperados pelo órgão licitante também estão objetivamente definidos neste Termo de Referência.

**8.5.** Dessa forma, à luz do planejamento da contratação e da natureza do objeto, que se enquadra como serviço comum por possuir especificações objetivas e passíveis de julgamento objetivo, conclui-se pela adequação da realização do certame por meio de procedimento licitatório na forma de pregão eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

### **9.1. São obrigações da Contratada:**

**9.1.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do contrato.

**9.1.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.1.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do objeto, respondendo pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros, nos termos dos art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando o Contratante autorizado a utilizar a garantia contratual, se exigida, ou a efetuar descontos nos pagamentos devidos à Contratada para a recomposição dos danos sofridos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**9.1.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**9.1.5.** Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços na sede do Contratante, além de provê-los conforme as exigências de segurança do trabalho, se for o caso.

**9.1.6.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.

**9.1.7.** Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede do Contratante quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

**9.1.8.** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

**9.1.9.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**9.1.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

**9.1.11.** Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

**9.1.12.** Ceder à Administração os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou ao serviço técnico especializado produzido, permitindo sua utilização, reprodução e eventual adaptação, nos limites e condições estabelecidos no Termo de Referência, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.1.13.** Quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

**9.1.14.** Garantir ao Contratante:

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

**9.1.15.** Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

**9.1.16.** Submeter ao Contratante relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.

**9.1.17.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **9.2. São obrigações do Contratante:**

**9.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**9.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**9.2.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

**9.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados, a quem caberá subsidiar o Gestor para atesto das faturas apresentadas.

**9.2.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

**9.2.7.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber;

**9.2.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**9.3.** Em relação à minuta padronizada, foram necessários ajustes para adequação ao objeto e as especificidades do serviço a ser contratado, sob pena de apresentar incongruências e acarretar dúvidas tanto para os agentes do ente contratante quanto para a contratada.

## **10. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**10.1.** O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**10.1.1.** Caso seja exigida garantia de execução contratual e a Contratada opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no subitem 9.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.2.** A inobservância do prazo contido no subitem 10.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

**10.2.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

**10.3.** Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**10.3.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**10.3.2.** Seguro-garantia;

**10.3.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**10.3.3.1.** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**10.3.3.2.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**10.3.4.** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, conforme disposição da Lei nº 14.770/2023 que incluiu esta modalidade de garantia.

**10.4.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

**10.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**10.5.1.** Havendo acréscimo no valor contratual, a Contratada deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o Contratante a descontar das faturas o valor correspondente

**10.6.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**10.7.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**10.8.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 100 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**10.9.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente

constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3.** O prazo estabelecido no subitem 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no subitem 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
		TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.5.** O pagamento a ser efetuado à Contratada, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**11.6.** Os pagamentos devidos à Contratada restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados e, conforme dispõe o art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, com base na data do orçamento estimativo, cuja data é 27 de março de 2026.

**11.7.** No caso de reequilíbrio econômico-financeiro, concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## **12. DO REAJUSTAMENTO**

**12.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**12.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**12.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**12.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**12.8.1.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**12.8.2.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**12.9.** A Contratada, ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**12.10.** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

### **13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

**13.2.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**13.2.1.** serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

**13.2.2.** observação das especificações técnicas e disposições previstas nos itens 1.5 e 1.6 e seus subitens.

**13.3.** O prazo contratual será de sessenta meses contínuos, previsto para iniciar em maio de 2026.

**13.4.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**13.5.** A quantidade de deslocamentos e de hospedagens está contemplada nos orçamentos e propostas apresentadas pelos licitantes.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1.** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.1.1.** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.2.** A alteração subjetiva a que se refere o subitem 14.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.



## 15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

**15.1.** Os serviços terão início a partir do início da vigência contratual, sendo que a primeira data prevista para os sorteios mensais sob o novo contrato é o dia 8 de junho de 2026, sendo esta a data base para início da execução contratual.

**15.2.** Os serviços devem ser **recebidos provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 15 (quinze) dias.

**15.2.1.** Cabe ao Fiscal do contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

**15.3.** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**15.4.** Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**15.4.1.** Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**15.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**15.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa da Contratada, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

**16.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em função da necessária qualidade dos serviços para atender ao dispositivo legal que exige a consistência metodológica e a confiabilidade dos resultados.

## 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:** 2930.04.129.13.8052 – Administração Tributária Estadual;

**Fonte de Recursos:** 1.500.000.000;

**Elemento de Despesa:** 3390-35.02.

**17.2.** Todas as informações orçamentárias exigidas serão oportunamente inseridas no processo, em cumprimento ao disposto no art. 375 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**18.1.** A licitante e a contratada que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## ANEXO I.01

### IMR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

#### 1. DA DEFINIÇÃO

**1.1.** Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

**1.2.** Este anexo é parte indissociável do Contrato.

#### 2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

**2.1.** Os serviços e produtos da Contratada serão avaliados por meio de 3 (três) indicadores de qualidade:

A – Qualidade dos serviços prestados;

B – Tempo de resposta às solicitações da contratante;

C – Atendimento das especificações técnicas nos serviços prestados e qualidade/prazo dos relatórios.

**2.2.** Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

**2.3.** Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

**2.4.** A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

**2.5.** As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço.
Metas a cumprir	Prestação do serviço conforme todos os critérios

	elencados no TR, Edital de Licitação e Contrato.
Instrumento de medição	Pontuação atribuída pelo Contratante.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal pela Coordenadora do Programa Nota Paraná.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Sanções	Ver item de sanções do Termo de Referência.

#### INDICADOR 2 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento de todas as exigências diligenciadas pela equipe de fiscalização contratual ou da coordenação do programa.
Metas a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal, mediante preenchimento mensal da planilha dos itens 3.3 e 4. Pelo fiscal do contrato ou pela Coordenadora do programa Nota Paraná.
Periodicidade	Por evento/solicitação ao Contratante.
Mecanismo de cálculo	Verificação da pontuação conforme item 3.3. e 4.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 25 Pontos; 1 resposta com atraso = 15 Pontos; 2 respostas com atraso = 10 Pontos; 3 respostas com atraso = 5 Pontos;

	4 respostas ou mais com atraso = 0 Ponto.
Sanções	Ver item de sanções do Termo de Referência.

**INDICADOR 3 – ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS E QUALIDADE/PRAZO DOS RELATÓRIOS**

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar os impactos decorrentes da execução do serviço.
Metas a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal, mediante preenchimento mensal da planilha dos itens 3.3 e 4. Pelo fiscal do contrato ou pela Coordenadora do programa Nota Paraná.
Periodicidade	Por evento/constatação.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 pontos; 1 ocorrência = 15 Pontos; 2 ocorrências = 10 Pontos; 3 ocorrências = 5 Pontos; 4 ou mais ocorrências = 0 pontos;
Sanções	Ver item de sanções do Termo de Referência.

### 3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

**3.1.** As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

**3.2.** A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5”.

**3.3.** Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

**3.4.** A avaliação abaixo de 40 pontos por três vezes, consecutivas ou não, ensejará em rescisão do contrato.

#### 4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

INDICADOR	CRITÉRIOS/FAIXAS DE PONTUAÇÃO	PONTOS	AVALIAÇÃO TOTAL
<b>1 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	Sem atrasos	25	<b>25</b>
	1 resposta com atraso	15	
	2 respostas com atraso	10	



	3 respostas com atraso	5	
	4 respostas ou mais com atraso	0	
	Uma ou mais ocorrências	0	
<b>2 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE</b>	Sem ocorrências	25	<b>25</b>
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	10	
	3 ocorrências	5	
	4 ou mais ocorrências	0	
<b>3 – ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS E QUALIDADE/PRAZO DOS RELATÓRIOS</b>	Conforme resultados da avaliação e verificação pelo fiscal do contrato ou pela Coordenadora do Programa Nota Paraná.	0 - 25	<b>25</b>
<b>PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA</b>			<b>100</b>

## ANEXO II

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **4 (quatro) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

**1.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** A Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1.** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2.** Para pessoa jurídica, Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**1.4.1.3.** Os documentos exigidos no subitem 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.1.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----; e

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----.

Passivo Circulante

**1.4.1.5.** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.6.** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.5. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1.** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.1.1.** Fica estabelecido o percentual de 50% de atestados para fins de comprovação de qualificação técnica, permitido o somatório de atestados.

**1.6. DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO** (Anexo VI);

**1.7. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS** (Anexo V).

**1.8. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).

**1.8.1.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.8.1.1.** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.9.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.10.** Na hipótese do subitem 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.11.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.12.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**ANEXO III.01**

**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003**

**ANO: 2026**

**(GMS PREG-e nº 406/2026)**

**DADOS DO PRESTADOR**

Prestador:			
CNPJ/CPF:	Inscrição Estadual:		
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	Estado:
CEP:			
Telefone:	Fax:		e-mail:
Banco:	Agência:	Conta corrente:	

**Constitui objeto desta licitação:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos no Programa Nota Paraná, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme requisitos, critérios, especificações, necessidades e prescrições constantes no Edital de Licitação e seus Anexos.

LOTE	Descrição resumida do objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Único	Prestação de serviço de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos previstos no Programa Nota Paraná.	2 sorteios/mês	60	R\$	R\$
VALOR TOTAL PROPOSTO					R\$ .....
(Valor proposto por extenso)					

1. A validade da proposta é de **90 (noventa) dias**.
2. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
3. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.



4. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
6. O arrematante **DECLARA** que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

---

Representante Legal

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no **Pregão Eletrônico nº 003/2026-REPR (GMS PREG-e nº 406/2026)**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado.

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

**1.1.** Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome e carimbo do representante legal

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**TERMO DE VISTORIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**  
(timbre ou identificação do licitante)

**Pregão Eletrônico nº 003/2026-REPR (GMS PREG-e nº 406/2026)**

Declaramos que a empresa **XXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXXXX** estabelecida na cidade de **XXXXXX**, Estado de **XXXXXX**, no endereço **XXXXXX**, telefone nº **XXXX**, por meio de seu representante **XXXXXX**, portador do R.G nº **XXXXXX**, expedido pela **XXXXXX**, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Sede da 9ª Delegacia Regional da Receita Estadual do Paraná, em Maringá/PR, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome e carimbo do representante legal

## **ANEXO VII**

### **LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os sorteios do Programa Nota Paraná ocorrem na cidade de Maringá/PR, podendo, eventualmente, ser realizado em outro município do Estado do Paraná.

#### **9ª Delegacia Regional da Receita Estadual do Paraná (9ª DRE)**

Av. Prudente de Moraes, nº 211, Zona 07

CEP: 87020-010 Maringá/PR

Responsável: Marta Jandira Quaglia Gambini

Coordenadora Geral do Programa Nota Paraná

TEL: (44) 3221-3867

E-mail: [mgambini@receita.pr.gov.br](mailto:mgambini@receita.pr.gov.br)

**ANEXO VIII**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**COTRATO Nº** XXXXXXXX

**CONTRATANTE:** O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da Receita Estadual do Paraná (REPR), órgão de regime especial vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.393.592/0001-46, com sede na Av. Vicente Machado, nº 445, Centro, Curitiba/PR, neste ato representado pelo Diretor-Geral da SEFA, XXXXXXXX, nomeado pelo Decreto nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, e pela Diretora da Receita Estadual, XXXXXXXX, nomeado pelo Decreto nº XXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, portadora do RG nº XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX.

**CONTRATADA:** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026-REPR (protocolo nº 25.412.314-5) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1. OBJETO:**

**Prestação de serviços de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos no Programa Nota Paraná**, conforme requisitos, critérios, especificações, necessidades e prescrições constantes no Edital de Licitação e seus Anexos, sintetizados na tabela abaixo:

Descrição resumida do objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Prestação de serviço de auditoria do processo adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná para a realização dos sorteios eletrônicos previstos no Programa Nota Paraná.	2 sorteios/mês	60	R\$	R\$



## **2. FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 003/2026-REPR (GMS PREG-e nº 406/2026), objeto do processo administrativo nº 25.412.314-5, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXX.

## **3. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**3.1.** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**3.2.** O valor total do contrato é de R\$ ..... (Valor por extenso).

**3.3.** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

## **4. REAJUSTE:**

**4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**4.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**4.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**4.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**4.8.1.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**4.8.2.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**4.9.** A Contratada, ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**4.10.** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

## **5. DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1.** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme subitem 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**5.2.** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o subitem 5.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**5.3.** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**5.4.** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **6. EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1.** O regime de prestação de serviços adotado para a contratação em tela será por "Empreitada por Preço Unitário", haja vista que a execução está sendo contratada por preço certo de unidades determinadas, nos termos do art. 46, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**6.2.** Os serviços terão início a partir do início da vigência contratual.

**6.3.** Os serviços serão prestados na Sede da 9ª Delegacia Regional da Receita Estadual do Paraná, em Maringá/PR, podendo, eventualmente, ser realizado em outro município do Estado do Paraná, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

**6.4.** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de até 15 (quinze) dias.

**6.5.** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do

art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**6.6.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.6.1.** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.8.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **7. FONTE DE RECURSOS:**

**7.1.** As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 2930.04.129.13.8052 – Administração Tributária Estadual;

Fonte de Recurso: 1.500.000.000;

Elemento de Despesa: 3390-35.02.

## **8. VIGÊNCIA:**

**8.1.** O contrato terá vigência pelo prazo de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da publicação do extrato resumido no Diário Oficial do Estado do Paraná, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.1.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. PAGAMENTO:**

**9.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do

Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3.** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**9.5.** O pagamento a ser efetuado à Contratada, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6.** Os pagamentos devidos à Contratada restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados e, conforme dispõe o art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, com base na data do orçamento estimativo, cuja data é 27 de março de 2026.

## **10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

**10.1.** São obrigações da Contratada:

**10.1.1.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do contrato.

**10.1.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**10.1.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do objeto, respondendo pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros, nos termos dos art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando o Contratante autorizado a utilizar a garantia contratual, se exigida, ou a efetuar descontos nos pagamentos devidos à Contratada para a recomposição dos danos sofridos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**10.1.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**10.1.5.** Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços na sede do Contratante, além de provê-los conforme as exigências de segurança do trabalho, se for o caso.

**10.1.6.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.

**10.1.7.** Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede do Contratante quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

**10.1.8.** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

**10.1.9.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.1.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

**10.1.11.** Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

**10.1.12.** Ceder à Administração os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou ao serviço técnico especializado produzido, permitindo sua utilização, reprodução e eventual adaptação, nos limites e condições estabelecidos no Termo de Referência, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.1.13.** Quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os

dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

**10.1.14. Garantir ao Contratante:**

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

**10.1.15.** Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

**10.1.16.** Submeter ao Contratante relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.

**10.1.17.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.2. São obrigações do Contratante:**

**10.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**10.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**10.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**10.2.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

**10.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados, a quem caberá subsidiar o Gestor para atesto das faturas apresentadas.

**10.2.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

**10.2.7.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber;



**10.2.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## **11. GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**11.1.** A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor ANUAL do Contrato**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**11.1.1.** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no subitem 12.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2.** A inobservância do prazo contido no subitem 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

**11.2.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

**11.3.** Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**11.3.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**11.3.2.** Seguro-garantia;

**11.3.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

**11.3.3.1.** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**11.3.3.2.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**11.3.4.** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**11.4.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

**11.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**11.5.1.** Havendo acréscimo no valor contratual, a Contratada deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente.

**11.6.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.7.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.8.** As garantias serão devolvidas à Contratada, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021).

**11.9.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

## **12. PENALIDADES:**

**12.1.** A Contratada que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda a Contratada.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento,

suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei nº 20.656/2021.

**12.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**12.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10.** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o Contratante a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao Contratante;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao Contratante;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou

incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo Contratante nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da Contratada;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do Contratante, prejudique a execução do contrato;

**13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**13.2.15.** A supressão, por parte do Contratante, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**13.2.18.** A não liberação, por parte do Contratante, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

**13.2.23.** Na hipótese de inexistência de créditos orçamentários para sua continuidade ou caso se conclua que o ajuste deixou de representar vantagem para o interesse público, nos termos do art. 106, inciso III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.3.** O presente instrumento poderá ser extinto:

**13.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.3.2.** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**13.3.3.** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.4.** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.5.** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à Contratada.

**13.6.** A Contratada, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

#### **14. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1.** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.1.1.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2.** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3.** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em função da necessária qualidade dos serviços para atender ao dispositivo legal que exige a consistência metodológica e a confiabilidade dos resultados.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:**

**16.1.** O Contratante e a Contratada, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios.

**16.2.** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte da Contratada, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

**16.3.** Os dados tratados pela Contratada somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificados no Termo de Referência e, em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo Contratante.

**16.4.** Os registros de tratamento de dados pessoais que a Contratada realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

**16.5.** A Contratada deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

**16.6.** A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para a Contratada e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8.** O encarregado da Contratada manterá contato formal com o encarregado do Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa



adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9.** A critério do controlador e do encarregado de Dados do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10.** A Contratada responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11.** Os representantes legais da Contratada, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta cláusula.

**16.12.** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da Contratada, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual nº 6.474, de 2020.

**16.13.** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual nº 6.474, de 2020.

**16.14.** O Contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à Contratada, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

**16.15.** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa Subcontratada dependerá de autorização prévia do Contratante, hipótese em que a Subcontratada ficará sujeita aos mesmos limites impostos à Contratada.

**16.16.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará o descarte ou devolução, para o Contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17.** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do Contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1.** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pela Contratada durante a licitação.

**17.2.** Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual nº 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3.** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**17.4.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**XXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ nº **XXXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, **DECLARA**, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº 003/2026-REPR (GMS PREG-e nº 406/2026)**, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(    ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(    ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(    ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

(    ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

**DECLARA** ainda:

**1.** Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**2.** Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO LGPD**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

**1.** Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

**2.** Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

**3.** O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

Representante Legal